



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
Seção de Licitações

ANÁLISE

RECURSOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025 - TRF6

Processo SEI 14568-34.2024.4.06.8000

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de engenharia para prestação de serviços continuados de manutenção corretiva e preventiva em sistemas de climatização, com fornecimento de ferramentas, insumos, EPIs e fornecimento de peças e componentes genuínos dos fabricantes, mediante ressarcimento, nas dependências do Tribunal Regional Federal da 6ª Região - TRF6 e da Subseção Judiciária de Belo Horizonte - SJMG.

Tratam-se de recursos interpostos pelas empresas HEMARCON ENGENHARIA DE AR-CONDICIONADO LTDA, POWER SAFETY SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA-ME, CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A e GERAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, com amparo no art. 165, I, da Lei 14.133/2021, em face de ato administrativo praticado por este pregoeiro, signatário abaixo, no âmbito do Pregão Eletrônico 90010/2025 - TRF6 (UASG 90059).

1. DAS PRELIMINARES

Considerando que foram atendidos os requisitos de admissibilidade, notadamente os pressupostos de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse, motivação e regularidade formal, **conheço dos recursos apresentados.**

2. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

2.1. HEMARCON ENGENHARIA DE AR-CONDICIONADO LTDA (1534256)

Em seu recurso, opõe-se ao motivo que acarretou a sua inabilitação, uma vez que apresentou a documentação comprobatória de aptidão técnica, consistente em contratos, atestados e Certidões de Acervo Técnico - CAT.

Argumenta que não existe justificativa técnica específica para exigir a comprovação de experiência de no mínimo 3 anos e que tal exigência também não encontra amparo jurídico, o que configura condição desproporcional e não motivada, em violação ao disposto no art. 5º da Lei 14.133/2021. Sustenta que o Termo de Referência não apresenta nenhum estudo técnico que explique os parâmetros de capacidade e períodos mínimos, o que restringe a competitividade, e transcreve alguns acórdãos emanados do TCU.

Argumenta, ainda, que a CAT emitida pelo TJMG comprova a execução de serviços de manutenção em sistemas de climatização de grande porte e de elevada complexidade, com capacidade muito superior à exigida, e que, portanto, não deveria ser

imposta interpretação restritiva.

Afirma que o tempo de experiência apurado, correspondente a 2 anos e 1 mês, não condiz com o conteúdo dos documentos técnicos que forneceu, porquanto não foram considerados corretamente os períodos concomitantes. Logo, *"A desconsideração parcial dos períodos concomitantes gerou uma distorção fática e documental"*. Dessa forma, a apuração correta implica em um período superior a 3 anos, o que satisfaz tal requisito.

Defende que *"a comprovação de experiência deve admitir o somatório tanto em tempo quanto em capacidade técnica, ou seja, somatório de períodos de execução que, cumulativamente, alcancem ou superem os 3 (três) anos exigidos; e somatório das capacidades em TR, desde que os sistemas possuam natureza e complexidade equivalentes"*, e também, que *"tal interpretação é a única que respeita os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade..."*.

Por fim, **requer**:

- . o reexame da decisão de inabilitação, reconhecendo o atendimento integral ao item 8.40.1.2 do edital;
- . o reconhecimento da validade da CAT do TJMG como comprovação suficiente da aptidão técnica;
- . a interpretação do requisito de 350 TR como somatório de capacidades equivalentes.

2.2. POWER SAFETY SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA-ME (1535691)

A recorrente alega que forneceu documentos e contratos executados que evidenciam sua atuação em serviços análogos e a prática de preços em patamar compatível com o que ofertou e que os referidos contratos comprovam a exequibilidade da sua proposta.

Alega, também, que *"A exigência superveniente de documento mais 'detalhado' configura inovação no edital e alteração indevida das regras do certame, ..."*, eis que *"o edital não contém nenhuma exigência de planilha detalhada ou algo que o valha, assim, para provar que os preços apresentados podem ser executados"*. Sendo assim, optou por demonstrar que já realizou, pelos mesmos custos, os mesmos serviços que serão executados para o TRF6.

Em reforço ao entendimento supra, colacionou decisões exaradas pelo TCU, das quais se extrai que *"a (in)exequibilidade não é medida pelo valor da proposta, mas pela possibilidade de a empresa executar o contrato"*.

Finaliza afirmando que sua proposta é plenamente exequível e que não há risco de inexecução do contrato, razão pela qual **pugna pelo provimento do recurso e pela reversão da decisão de desclassificação da sua proposta**.

2.3. CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A (1536553)

Verifica-se, no longo recurso, a insurgência contra a habilitação da empresa JAM Engenharia e contra a sua declaração como vencedora do certame. **Em síntese, alega que:**

- . a recorrida apresentou documentos que não comprovam a habilitação técnica exigida;
- . a análise individualizada dos documentos da recorrida evidencia que nenhum

dos atestados atende cumulativamente os requisitos dispostos no edital;

. a maioria dos atestados da recorrida comprova apenas instalação de sistemas, e não a realização de manutenção;

. não há comprovação mínima de 3 anos e não há atestados que possam ser somados por inexistência de concomitância;

. *"A discrepância entre as exigências do edital e os atestados apresentados pela JAM ENGENHARIA S/A é tão expressiva que a decisão administrativa, ao ignorá-la, cria a percepção objetiva de favorecimento..."*;

. há inconsistências na proposta da recorrida, os quais residem na composição de custos e no subdimensionamento da equipe, sendo esses não passíveis de saneamento posterior;

. a proposta da recorrida revela clara incompatibilidade entre o contingente de mão de obra ofertado e a complexidade, volume e periodicidade das atividades previstas no Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC;

. existe um déficit de horas de trabalho na proposta da recorrida, que a torna materialmente incapaz de atender o PMOC, a legislação sanitária correlata e as boas práticas de engenharia e leva à inexecutabilidade da proposta;

. houve disparidade entre o critério aplicado para desclassificar as empresas Gerar e Tecnitest e a aceitação da proposta da recorrida, acarretando quebra de isonomia e inconsistência metodológica da análise das propostas;

. o número de profissionais consignados na proposta da recorrida é inferior ao de todas as concorrentes desclassificadas;

. a classificação da proposta da recorrida, apesar de propor uma equipe inferior à exigida e inferior às equipes das licitantes desclassificadas, *"cria um cenário que, objetivamente, sugere possível direcionamento ou favorecimento indevido, ainda que não intencional"*;

. a proposta da recorrida situa-se abaixo de 75% do valor estimado e não foram apresentadas justificativas técnicas e econômicas que demonstrem compatibilidade entre o valor ofertado, a complexidade do contrato e a estrutura mínima necessária de mão de obra.

Tendo em vista o expendido, **requer que a empresa JAM Engenharia seja declarada inabilitada e desclassificada do certame**, pelos motivos apontados.

Por derradeiro, ressalta que em caso de manutenção da decisão que declarou a recorrida vencedora, adotará todas as providências cabíveis, como:

. representação formal ao Ministério Público, para apuração de eventual violação aos princípios da Administração e possível prática de atos que comprometam a moralidade e a isonomia do certame;

. comunicação ao Tribunal de Contas, para que seja instaurada análise técnica sobre a condução do processo licitatório, especialmente quanto ao tratamento desigual entre licitantes;

. ajuizamento de mandado de segurança a fim de assegurar a sua habilitação, resguardar o direito de participação na fase competitiva e garantir a observância integral da Lei nº 14.133/2021.

2.4. GERAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (1536555)

A recorrente sustenta que há entendimento no sentido de que a inexecutabilidade de uma proposta não pode ser absoluta e que, em decorrência dessa relatividade, há necessidade de a administração realizar diligência para sanar a questão. Após ser convocada, a recorrente forneceu documentos complementares, tendo sua proposta sido desclassificada em virtude do dimensionamento da equipe técnica. Não poderia ser esse o motivo, se tal condição não foi definida no edital. Ademais, defende a autonomia da licitante para constituir sua equipe e, caso fosse constatada a necessidade de ampliação da equipe, isto seria feito dentro do preço ofertado.

Sustenta, também, que não foi clara, nem legal, a justificativa dada para a desclassificação da sua proposta e que os valores ofertados são plenamente exequíveis.

Aduz que a CAT do CFT não foi apreciada de forma correta, uma vez que segue todas as especificações do TR e do edital, o que levou a uma equivocada desclassificação.

Afirma que apresentou documentos concernentes ao credenciamento técnico perante fabricantes, reafirmando sua capacidade, e mesmo assim lhe foi imputada a desclassificação. Ao contrário disso, a empresa JAM ENGENHARIA NÃO apresentou tais documentos e foi declarada habilitada.

Pleiteia, portanto:

. que sua proposta seja revista e considerada exequível e que seja declarada habilitada;

. que sua documentação de qualificação técnica seja considerada suficiente e conforme as normas do edital e termo de referência;

. que a JAM Engenharia seja desclassificada por não apresentar em momento oportuno o credenciamento junto às fabricantes;

. que a Gerar Soluções, que ofertou o melhor lance, seja declarada vencedora.

3. DAS CONTRARRAZÕES

Não foram apresentadas contrarrazões a nenhum dos quatro recursos interpostos.

4. DAS MANIFESTAÇÕES DO SETOR TÉCNICO (1543037, 1543040, 1548412 e 1548431)

4.1. Em sua resposta ao recurso aviado pela HEMARCON, a SEADI assim se pronuncia:

. que é extemporânea a alegação de ausência de justificativa técnica para a exigência de prazo mínimo de 3 anos de experiência, uma vez que a exigência consta do edital, que poderia ter sido impugnado. Ademais, a exigência está amparada pelo disposto no art. 67, § 2º, da Lei 14.133/2021, bem como na IN SEGES 05/2017;

. que embora os atestados oriundos do contrato com o TJMG comprovem a execução de serviços em sistemas com capacidade muito superior a 350 TR, o período de execução se limitou a 2 anos e 1 mês, o que não satisfaz o tempo mínimo de 3 anos. Dessa forma, o tempo faltante poderia ser suprido mediante a apresentação de atestado(s) complementar(es) oriundo de outro contrato, o que não ocorreu;

. que o fato de o atestado expedido pelo TJMG se referir a um sistema 4 vezes maior que o do objeto do pregão, isso não significa que o mesmo atestado possa ser reutilizado, pois essa não é a lógica e a coerência da permissão de somatório de atestados;

. que os demais atestados fornecidos não comprovam capacidade superior a 350 TR, o que impede o seu aproveitamento.

Conclui que, uma vez que não é possível reconhecer os atestados do TJMG de modo isolado, para o fim de comprovação da aptidão técnica da recorrente para o sistema VRF, **mostra-se correta a sua inabilitação**.

4.2. No que concerne ao recurso interposto pela POWER SAFETY, eis a essência da manifestação da SEADI:

. Não procede o percentual de desconto informado, porquanto o preço total da proposta (\$ 1.676.686,32) corresponde a um desconto de 45,25% em relação ao valor estimado integral (\$ 3.062,289,84), resultando em um preço inferior a 75% do orçamento estimado e, por conseguinte, em um preço presumivelmente inexecutável, não tendo sido demonstrada pela licitante a viabilidade em sentido contrário.

. Ao revés do que foi afirmado, a licitante em questão não satisfaz integralmente os requisitos técnicos, pois a documentação técnica apresentada não comprova a execução de manutenção em sistemas com capacidade maior ou igual a 350 TR, em período mínimo de 3 anos, ainda que não sucessivos.

. A presunção de inexecutabilidade de uma proposta consiste em presunção legal relativa e imediata, pelo que não se transfere para a Administração o ônus de prová-la, haja vista que cabe à licitante provar que sua proposta é viável, quando o preço proposto é menor que 75% do valor estimado, em casos de obras ou serviços de engenharia. Nas planilhas entregues pela licitante não constam uma exposição detalhada dos custos, de modo a possibilitar uma análise desprovida de dúvida sobre a exequibilidade da oferta. A tentativa de demonstração da exequibilidade por meio de alguns contratos não se mostrou satisfatória, porque a demonstração deve se ater ao objeto específico da licitação em curso, e não a qualquer objeto distinto.

. A afirmação de que foram atendidas as solicitações feitas no sistema não se confunde com o atendimento das exigências de qualificação. Em que pese tenha sido fornecida a documentação requerida, essa não atesta a exequibilidade da proposta.

. Também não se sustenta a alegação de que deveria ser previsto um "*detalhamento suplementar*" ou uma convocação para complementação da planilha. Isso porque o detalhamento é inerente à necessidade de demonstração de exequibilidade da proposta, quando esta propõe um preço menor que 75% do valor estimado. Sob o aspecto técnico, as planilhas apresentadas não contém elementos necessários a ponto de permitir que uma diligência isolada sanasse a insuficiência.

. Mesmo que seja correto afirmar que não há vedação legal para aceitar proposta com margem reduzida, também é correto sustentar que em se tratando de serviços complexos, como o que constitui o objeto em epígrafe, a redução expressiva do preço exige uma comprovação consistente da viabilidade, não levada a efeito.

Sua conclusão técnica, com amparo no que se encontra estabelecido no edital, é que a partir dos documentos oferecidos pela recorrente **não se pode validar a plena conformidade técnica da sua proposta**.

4.3. Pertinentemente ao recurso de autoria da CETEST, assim expõem:

. de acordo com o Termo de Referência, existem critérios distintos para a qualificações técnico-operacional e técnico-profissional, em execução de serviços de manutenção para cada um dos sistemas Chiller e VRF;

. para a qualificação técnico-operacional os atestados ou certidões não

precisam vir necessariamente acompanhados de CAT, sendo necessário o atendimento simultâneo dos quantitativos e tempos mínimos, e admitido o somatório de atestados, desde que os serviços atestados tenham sido executados concomitantemente;

- . a verificação dos documentos da empresa JAM Engenharia possibilita a comprovação, de forma isolada, do atendimento de sua qualificação técnica, através dos atestados expedidos pela Fiocruz (sistema de climatização tipo Chiller) e pelo Pitágoras (sistema de climatização tipo VRF). Em relação a este último atestado, apesar de estar informado um total de 100 TR na relação dos equipamentos, a soma das capacidades desses comprovam um total de 649,6 TR. Deduz-se, por conseguinte, que a recorrente não considerou a informação constante de ambos os atestados;

- . para a qualificação técnico-profissional, as CATs podem tratar de serviços de instalação ou manutenção com requisitos quantitativos para os sistemas de climatização e sem requisitos de tempo mínimo de execução, sendo admitido o somatório de CATs.

- . a verificação dos documentos da empresa JAM Engenharia possibilita a comprovação, de forma isolada, do atendimento de sua qualificação técnico-profissional através das CATs, acompanhadas de atestados emitidos pela CODEMIG (sistema de climatização tipo Chiller) e pela Arena MRV (sistema de climatização tipo VRF);

- . não bastasse a constatação de cumprimento acima explicitada, outros documentos encaminhados pela JAM Engenharia também levam à mesma constatação, o que, em conjunto rechaça a alegação de ausência total de qualificação técnica dessa empresa;

- . os normativos da ABNT citados pela recorrente não definem prazos específicos de manutenção e as fontes de dados utilizadas para definir os tempos não foram informadas no recurso;

- . o Termo de Referência não estabelece parametrização mínima de equipe com uma quantidade ou tempo de dedicação determinados, mas estabelece um resultado esperado através do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, a ser medido objetivamente para avaliar a qualidade do desempenho da empresa a ser contratada. Ademais, dispõe em seu subitem 5.10 que a contratada é responsável pelo dimensionamento da equipe, de maneira que as especificações sejam atendidas, e que não há vínculo entre o efetivo de pessoal proposto e as necessidades impostas pelo contrato;

- . salienta que o IMR é um instrumento de gestão contratual, que não acarreta sanção, podendo esta ser aplicada pelo TRF6 com base em previsão contratual, se constatada uma qualidade insuficiente na prestação dos serviços;

- . mesmo que a JAM Engenharia tenha comprovado sua capacidade técnica-operacional para desempenhar as atividades da contratação, é sua a responsabilidade pelo dimensionamento da equipe, sob pena de descumprimento contratual por inexecução ou atraso, passível de subsequente responsabilização;

- . os motivos da rejeição das propostas das licitantes Gerar e Tecnitest não mantém relação com o dimensionamento da equipe mínima de execução;

- . a sustentação de que a proposta da JAM Engenharia deveria ser automaticamente desclassificada, por se situar abaixo de 75% do orçamento estimado, evidencia a interpretação equivocada do dispositivo legal que prevê essa possibilidade, porquanto a norma abarca a necessidade de apresentação de justificativas pela autora da proposta, de modo a demonstrar a exequibilidade da oferta;

- . não é correta a arguição de que "*a proposta da JAM Engenharia é manifestamente subdimensionada em termos de pessoal*", pois se mostra embasada em cálculos unilaterais calcados em tempos médios "*universalmente adotados*", sem qualquer indicação de fonte técnica, método de cálculo ou critério normativo que os fundamente;

- . a documentação entregue pela licitante vencedora no pregão foi suficiente

para demonstrar sua capacidade técnica operacional e sua experiência na execução de serviços de manutenção de sistemas de climatização de porte similar ao objeto em tela. Como consequência, não se vislumbra justificativa para a pretendida desclassificação da sua proposta.

Encerra suas considerações defendendo a permanência da aceitação da proposta da JAM Engenharia, haja vista que: a) é sutilmente 2,51% abaixo do limite de presunção relativa de inexecutabilidade, logo muito reduzido em se comparado aos preços ofertados por outras licitantes que tiveram suas propostas desclassificadas; b) não existe no Termo de Referência nenhum parâmetro mínimo vinculante de efetivo ou carga horária; c) os documentos por ela apresentados atendem e, em alguns casos, superam os quantitativos mínimos exigidos.

4.4. Em relação ao último dos quatro recursos, interposto pela GERAR, a SEADI assevera que:

- . ainda que tenha expressado insurgência contra a habilitação da empresa declarada vencedora - JAM Engenharia -, na realidade o recurso da Gerar contesta sua própria inabilitação;

- . a proposta da licitante corresponde a 52,7% do valor estimado para a contratação, o que coloca seu preço 22,27% abaixo do que é considerado presunção relativa de inexecutabilidade;

- . os preços de referência informados, relacionados ao contrato firmado com a Câmara Municipal de Belo Horizonte, são consideravelmente superiores aos preços propostos para este pregão, o que corrobora o entendimento de a proposta ser considerada inexecutável;

- . a norma prescrita no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 trata de presunção relativa e imediata, que desloca integralmente para a licitante o ônus de demonstrar, de forma clara, objetiva e documental, que sua oferta é executável nas condições proposta, não sendo razoável esperar que a Administração prove a inexecutabilidade;

- . não se prova a capacidade de executar serviços similares com preços menores que os praticados em outros contratos, muito menos se a diferença de preços for expressiva;

- . existe diferença entre os critérios definidos para a verificação das qualificações técnico-operacional e técnico-profissional, em execução de serviços de manutenção para cada um dos sistemas Chiller e VRF e que a documentação fornecida foi insuficiente para comprovar o atendimento integral de ambas as qualificações;

- . o atestado da CMBH comprova a execução de serviços em sistema tipo Chiller, com capacidade de 120 TR, por um período 1,3 anos, o que não atende isoladamente o que foi exigido no Termo de Referência e deveria ser complementado por outro. Além disso, não foi apresentada Anotações de Responsabilidade Técnica - ART ou Termos de Responsabilidade Técnica - TRT, acompanhada da Certidão de Acervo Técnico - CAT, correspondentes aos serviços de manutenção ou instalação em sistema de ar condicionado do tipo Chiller, de capacidade igual ou superior a 70 TR, devidamente assinados por seu responsável técnico. Sendo assim, a documentação não comprova plenamente o atendimento dos requisitos de habilitação técnica previstos no subitem 8.43 do Termo de Referência;

- . a CAT e o atestado do Instituto Usicultura comprovam a execução de serviços em sistema tipo VRF com capacidade de 350 TR, por um período 4,5 anos;

- . foi aceita a CAT emitida pelo CFT, para o fim de comprovação correspondente ao serviço de manutenção ou instalação de sistema de ar condicionado VRF, porém isso não se deu quanto ao sistema Chiller;

. o Termo de Referência não contém exigência de credenciamento ou certificação junto aos fabricantes, sendo pois impertinente a pretensão de desclassificação da proposta da JAM Engenharia.

Em sua conclusão, ratifica que **não foi comprovada a viabilidade econômico-financeira e técnica da proposta**, como também a documentação técnica fornecida é insuficiente para comprovar o atendimento integral dos requisitos de habilitação técnica, notadamente os relativos à qualificação técnico-profissional

5. DA ANÁLISE DO RECURSO

5.1. O recurso interposto pela empresa **HEMARCON** não merece ser acolhido, pelos motivos que se seguem.

a) A exigência de atendimento dos requisitos de tempo mínimo de 3 anos de experiência não é aleatória, nem consiste em capricho da Administração, mas se encontra devidamente fundada na necessidade de aferição da capacidade técnico-operacional da empresa e na disposição contida na Instrução Normativa nº 5/20217, da SEGES, Anexo VII-A, item 10.6, letra b). Verifica-se que não foi feita no Termo de Referência uma exigência desarrazoada e tampouco excessiva, sobretudo para não comprometer a ampla competitividade. O que se pretende, entre outros intentos, é garantir a segurança na futura execução dos serviços.

Outrossim, a inconformidade contra a exigência em comento não só poderia, mas deveria ter sido manifestada como impugnação administrativa ao edital, até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a sessão do pregão, conforme previsão assentada no art. 164 da Lei 14.133/2021 e no subitem 12.1 do Edital. Caso a exigência fosse constatada como vício sanável, a consequência seria a visada alteração do edital, por meio da supressão ou modificação da exigência. Vale salientar que embora tenham sido apresentados 4 pedidos de esclarecimentos mais 1 impugnação ao edital, tal questionamento não foi suscitado em nenhum desses instrumentos, assim como a Hemarcon não foi a autora de nenhum deles.

b) No que diz respeito à CAT expedida pelo TJMG, ao tempo de experiência apurado e ao entendimento acerca do somatório do tempo de experiência, por se tratarem de questões eminentemente técnicas, aproprio-me da resposta prestada pela SEADI, resumida no subitem 4.1.

5.2. No tocante ao recurso da empresa **POWER SAFETY**, também não lhe assiste razão. Senão vejamos.

a) O cálculo do percentual de desconto feito desconsiderou que o objeto do pregão é composto não apenas pela parcela alusiva à prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, no importe estimado de R\$ 2.642.289,84, mas também pelo fornecimento de peças para a execução desses serviços, totalizando assim o valor estimado de R\$ 3.062.289,84, consoante subitens 1.1, 8.3.2 e 12.1 do Termo de Referência. Logo, o cálculo do desconto não poderia ter se restringido ao valor correspondente aos serviços. Dessa forma, não há dúvida de que o preço ofertado (R\$ 1.676.686,32) é menor que 75% do valor total estimado, o que acarreta a necessidade de comprovação de que esse preço seria exequível, ônus do qual a recorrente não se desincumbiu.

Em decorrência de o preço proposto presumir a inexecutabilidade, por ser inferior a 75% do valor obtido em pesquisa pela Administração, é imperiosa a demonstração, de plano, de que o serviços a serem contratados podem ser prestados sem qualquer comprometimento mediante o pagamento do valor de remuneração proposto.

b) Quanto ao raciocínio *"Se a administração entendesse necessária a*

apresentação de detalhamento suplementar (...), tal exigência deveria constar expressamente no edital ou, não sendo assim prevista, haveria o dever de convocar a licitante, de forma motivada, para complementar a planilha nos termos do item 7.10 - e não promover a inabilitação sumária sem oportunizar contraprova adequada" (grifei), infere-se que este não se coaduna, mais que isso, contradiz a conclusão que lhe segue, nas razões recursais, qual seja: "A exigência superveniente de documento mais 'detalhado' configura inovação no edital" (grifei). Por lógica, as duas pretensões não podem coexistir: ou se confere a oportunidade para a complementação ou se afasta por completo tal permissão.

Amparado na previsão encontrada no art. 64, I, da Lei 14.133/2021, o edital, em seu subitem 8.14, reproduz a regra que possibilita *"a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados"* (grifei). Mostra-se oportuno realçar que a proposta da recorrente não foi aceita porque, como comunicado no chat do portal Comprasgov, *"O setor técnico, com base nos subitens 7.8.3 e 7.10 do Edital, considerou inexequível a proposta, não tendo sido fornecida qualquer planilha ou documento capaz de comprovar o contrário. Não foi identificada uma comprovação dos quantitativos, custos unitários e dimensionamento da equipe técnica que sejam capazes de assegurar o cumprimento integral das especificações estabelecidas no Termo de Referência"* (grifei). Por conseguinte, com base nas informações (ou na ausência delas) disponibilizadas, não havia razão que justificasse a convocação para a complementação dos documentos apresentados.

5.3. Quanto às múltiplas alegações da recorrente **CETEST**, em apertada síntese, seguem as razões pelas quais devem ser rejeitadas.

Não se pode admitir que prevaleça a afirmação de que a licitante, que teve sua proposta aceita e foi considerada habilitada, apresentou documentos inservíveis para a verificação da habilitação, muito menos ao se empreender uma análise individual dos mesmos. Definitivamente, não é o que se extrai das minudentes análises efetuadas pela SEADI, acima consignadas. Tais análises, além de pontuais e específicas, foram realizadas com imparcialidade e zelo por servidores com qualificação técnica e experiência, pelo que merece ser repudiada a conjectura expressada pela recorrente nas palavras supracitadas: *"... a decisão administrativa, ao ignorá-la, cria a percepção objetiva de favorecimento..."*, bem como *"... sugere possível direcionamento ou favorecimento indevido, ainda que não intencional"*.

Não ficaram cabalmente demonstradas no recurso: 1) as inconsistências na proposta da recorrida; 2) a clara incompatibilidade entre a mão de obra ofertada e a complexidade da demanda; 3) a disparidade entre o critério aplicado para desclassificar algumas empresas e para aceitar a proposta da recorrida e 4) como o número de profissionais previstos pode realmente comprometer a execução do contrato visado.

Aliadas às razões já expostas como enfrentamento dos demais recursos, trago à colação alguns excertos extraídos da Manifestação SEADI 1548412, em resposta ao recurso da CETEST, os quais adoto em adição, como razão para decidir:

"Conforme analisado, o Termo de Referência não impõe quantitativo mínimo de mão de obra ou carga-horária específica, tampouco vincula o quantitativo indicado em planilha ao dimensionamento final da equipe. O modelo adotado é de desempenho, cuja avaliação será feita por meio do IMR, responsabilizando integralmente a contratada pelo cumprimento dos requisitos e qualidade dos serviços. Nesse contexto, eventual divergência entre o efetivo preliminar sugerido na planilha e aquele efetivamente mobilizado não constitui fundamento para desclassificação, sobretudo à luz do item 5.10, que atribui exclusivamente à contratada o dever de dimensionar adequadamente sua equipe.

Assim, em consonância com todos os pontos analisados no item 2.2, não se verifica fundamento

técnico que ampare a pretensão da recorrente. Nem a alegação de inexecutabilidade automática pelo percentual ofertado, nem a afirmação de ausência de justificativas se sustenta diante da legislação aplicável e dos elementos constantes dos autos. Dessa forma, resta integralmente refutada a fundamentação apresentada no recurso, motivo pelo qual não há razão, s.m.j., para desclassificar a proposta da empresa JAM com base nos argumentos apresentados.

Diante disso, não se identifica fundamento técnico capaz de reformar a decisão de habilitação e classificação da empresa JAM, considerando que:

- (i) houve comprovação plena da qualificação técnica;*
- (ii) não há parâmetro objetivo para desclassificação por equipe; e*
- (iii) a proximidade do valor ofertado com o limite legal reduz a presunção relevante de inexecutabilidade, sobretudo em comparação com as empresas anteriormente inabilitadas".*

5.4. Por fim, o recurso de autoria da GERAR igualmente não deve prosperar, pois está patente:

a) Diferentemente do alegado, a declaração de que sua proposta é considerada inexecutável não se amparou em um entendimento de que a inexecutabilidade é absoluta. Ao contrário disso, tem-se por certo que se trata de aplicação relativa, ou seja, de situação a ser analisada em cada caso concreto, como de fato o foi. Se o entendimento desta Administração fosse no sentido apontado pela recorrente é inequívoco que não lhe teria sido dada uma oportunidade em 10/10/2025, no portal Comprasgov, para complementar sua documentação, a título de comprovação e confirmação da qualificação técnica e executabilidade da proposta. Neste particular, inclusive, o cuidado foi tamanho ao ponto de ter sido enviado um email para a licitante, contendo uma cópia integral da Manifestação SEADI 1458708, de modo a lhe munir de informação que favorecesse uma compreensão plena da análise de sua proposta e daquilo que deveria ser complementado, para que essa pudesse ser aceita pelo setor técnico.

Valendo-se do ensejo, a Gerar, no prazo dilatado que lhe foi propiciado, atendeu a convocação em 13/10/2025, por meio do envio dos documentos adicionais que reputou adequados. Logo, não subsiste dúvida quanto à concessão de oportunidade para o atendimento integral da proposta, que não se concretizou por falta por parte da recorrente. Em adição, a adoção de tal prática observou a disposição contida no subitem 7.3.2 do Edital: "*O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação*".

Cabe realçar que o julgamento consumado da proposta, tanto realizado pela SEADI quanto pelo pregoeiro signatário, não se afastou do padrão objetivo estabelecido por lei, e tampouco do entendimento emanado do TCU (Enunciado 262), de que a inexecutabilidade em apreço deve ser considerada relativa.

b) Não se pode coadunar com a recorrente quanto à indigitado argumento de ausência de clareza e de legalidade na justificativa para a rejeição da sua proposta. Primeiro, porque a razão da não aceitação da proposta foi divulgada no mencionado portal, nas seguintes mensagens: "*A proposta apresenta indícios de inexecutabilidade, considerando a expressiva discrepância entre os valores ofertados e aqueles praticados em contratos de escopo e complexidade equivalentes, bem como a amplitude e dispersão das unidades atendidas no âmbito deste certame. Paralelamente, em reforço à rejeição da proposta, a documentação técnica fornecida foi considerada insuficiente para o fim de comprovação dos requisitos de qualificação técnica. ... a proposta foi rejeitada em decorrência de os valores ofertados não demonstrarem viabilidade econômico-financeira suficiente para assegurar a adequada execução contratual*".

Segundo, porque, para além de qualquer questionamento, há expressa

disposição que autoriza a desclassificação de uma proposta se esta for julgada inexequível, tanto no art. 59, III e § 4º da Lei 14.133/2021, quanto no subitem 7.6.3 do Edital.

c) Pode-se afirmar que o setor técnico responsável pelo julgamento das propostas examinou minuciosamente não apenas a proposta, mas também toda a documentação fornecida. Em um primeiro momento, antes da realização da diligência. Depois, após a convocação para a complementação. E, uma terceira vez, ao apreciar o recurso interposto. É de se inferir que seria uma desatenção exacerbada ou um erro reiterado da SEADI chegar à mesma conclusão em três oportunidades, qual seja, a de que o preço ofertado revela disparidade com os custos inerentes à execução dos serviços que constituem o objeto do pregão e também com o preço outrora praticado em contrato firmado com outro ente público.

VI. DA CONCLUSÃO

Nada mais havendo a ser considerado, **conheço dos recursos administrativos interpostos** pelas empresas HEMARCON ENGENHARIA DE AR-CONDICIONADO LTDA, POWER SAFETY SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA-ME, CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A e GERAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA , no âmbito do Pregão Eletrônico 90010/2025 - TRF6 e, no mérito, amparado pelas manifestações técnicas da SEADI, **julgo-os IMPROCEDENTES, razão pela qual MANTENHO A DECISÃO** que declarou a licitante JAM ENGENHARIA S.A., CNPJ 38.734.794/0001-90, como vencedora no Pregão em comento.

Nos termos do art. 165, § 2º, da Lei 14.133/2021, submeto esta análise à apreciação da autoridade superior, competente para proferir a decisão definitiva.

Júlio Augusto R. Prado

Pregoeiro

(assinado digitalmente)



Documento assinado eletronicamente por **Julio Augusto Resende Prado, Técnico Judiciário**, em 15/12/2025, às 15:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1549716** e o código CRC **B98959FE**.